

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”

Critical notes on “23 Theses for the sake
of the Brazilian Social Work Reform”

**Alexandre José dos Santos
Dandara Oliveira de Albuquerque
Gessyca Andrea de Lima Baracho
Jady Stephanie Bispo dos Santos Pinho
Thais Carolina Pires de Oliveira**

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 739-762

2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo revelar a presença do neoconservadorismo na produção teórica do Serviço Social intitulada “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro” (OLIVEIRA, 2017), contrapondo-a com base na teoria social crítica hegemônica na profissão. Para tanto, adotou-se como metodologia a revisão de literatura no sentido de embasar as críticas ao conteúdo expresso no documento em questão. Concluiu-se que as teses propostas vão de encontro ao saber científico construído dialeticamente na categoria e corroboram para o retorno ao tradicionalismo alinhado à perspectiva pragmática da atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo; Prática Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

The present article aims to reveal the presence of neoconservatism in a theoretical production of Social Work, entitled “23 Theses for the sake of the Brazilian Social Work Reform” (OLIVEIRA, 2017), contradicting it based on the hegemonic critical social theory in the profession. For this purpose, the methodology adopted was a literature review to support the criticism to the content expressed in the document in question. In conclusion, the proposed theses go against scientific knowledge dialectically built in the category and also corroborate a return to the traditionalism aligned with a pragmatic perspective on the professional activity.

KEYWORDS

Conservatism; Professional Practice; Social Work.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 21.05.2019

INTRODUÇÃO

O movimento de avanço do conservadorismo no Brasil e no mundo, que se configura como resposta à crise estrutural do sistema capitalista, vem se alavancando em escalas cada vez maiores na contemporaneidade. Para entender esse avanço, é necessário compreender como se dá o surgimento do pensamento conservador e suas reatualizações nos tempos correntes, mas também realizar as devidas mediações sobre os rebatimentos no Serviço Social.

Segundo Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador clássico surge através do movimento iluminista e das consequências do caráter revolucionário da Revolução Francesa. Esse conservadorismo, caracterizado como contrarrevolucionário, expressava os interesses do regime absolutista, da nobreza fundiária e do alto clero na tentativa de restauração dos valores tradicionais, representando um tipo de anticapitalismo romântico que significava, obviamente, a defesa do capitalismo, mas que este não viesse acompanhado da modernidade.

No entanto, esse movimento conservador/restaurador era inviável frente às transformações do desenvolvimento do capitalismo e às necessidades da burguesia em ascensão que remodela o Estado, a economia e a política aos seus interesses. Nesse sentido a burguesia, ao se consolidar enquanto classe dominante, abandonou o seu caráter revolucionário, de representante do conjunto da sociedade, após vencer o regime absolutista e destruir as estruturas do sistema feudal. Iniciou, portanto, a “defesa de seus estritos interesses particulares” (NETTO, 2011, p. 46).

Dentro desse contexto, a burguesia dominante, sentindo-se pressionada com as revoluções democrático-populares protagonizadas pelo proletariado emergente, durante 1830 e 1848, “precisa abrir mão da cultura progressista e da preocupação em conhecer efetiva e verazmente a sociedade, substituindo-as por construções ideológicas racionalizadoras e legitimadores de seu domínio” (NETTO, 2011, p. 48). Ou seja, a burguesia, que tinha caráter revolucionário, cria mecanismos político-ideológicos contra qualquer tipo de revolução, passando a se definir claramente como contrarrevolucionária.

Após 1848, com a ameaça socialista, o pensamento conservador cria as condições ideológicas para o estabelecimento da “ordem social”, como as ciências sociais que estavam a serviço da manutenção do *status quo* e da naturalização das hierarquias da sociedade burguesa. Os conservadores, portanto, voltam-se “para a construção de conhecimentos que, favorecendo a gestão da burguesia, permitia controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária” (NETTO, 2011, p. 51).

Com o surgimento da “questão social” vinculada estruturalmente ao sistema capitalista como resultado da contradição entre capital e trabalho, o conservador Émile Durkheim defendeu a necessidade de enfrentá-la através de uma ação social pensada e planejada para impedir a desintegração da sociedade burguesa. A perspectiva era de integração social, em que a ação desenvolveria vínculos solidários entre os indivíduos com base numa reforma moral centrada na educação para sua internalização entre as pessoas; percebe-se aqui um viés ideológico no enfrentamento das expressões da questão social (NETTO, 2011).

Na contemporaneidade, há um movimento de reatualização desse discurso conservador no enfrentamento das expressões da questão social. Segundo Santos (2007), o acirramento das contradições internas do modo de produção capitalista provocou a crise mundial desde os anos 1970. O desemprego se instalou e os níveis de produção e consumo em massa, característicos do sistema fordista, caíram drasticamente, impactando diretamente as taxas de lucro e o processo de acumulação do capital. Em resposta à crise, as estratégias se assentaram no tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A ofensiva do capital, nos anos 1990, sob essas três dimensões, significou a alteração nas relações de trabalho com a flexibilização, a terceirização e o enfraquecimento das organizações sindicais, mas também através da constituição de capitais especulativos, com a desregulamentação de economias e estados nacionais, privatizações e destituição de direitos sociais. A partir dos anos 2000, houve uma certa inflexão e um crescimento de uma perspectiva mais democrática de governo, com a ampliação de espaços de participa-

ção e expansão de direitos sociais nos governos Lula e Dilma, apesar das inúmeras contradições. Entretanto, com o golpe midiático e político-institucional atrelado ao avanço conservador e puramente neoliberal, o que vem se estabelecendo no Brasil é um processo de destruição de direitos sociais em massa e uma intensa flexibilização das relações de trabalho através de contrarreformas, agudizando as expressões da pobreza.

Nesse processo também se intensificam as estratégias de individualização dos problemas sociais, colocando para os sujeitos a responsabilidade de assumir as consequências de expropriação, exploração e opressão a que são submetidos. Essas estratégias são respostas que têm sido fundamentadas sob o viés moralizador e pragmático, que compreende a realidade no campo da aparência, criando intervenções no sentido de “contemporizar as situações limites que ameaçam a reprodução social” (GUERRA, 2013, p. 40).

Diante desse cenário, o Serviço Social brasileiro, enquanto profissão que calçou ao longo da sua história um terreno de luta ao lado da classe trabalhadora, rompendo com suas bases positivistas a partir do Movimento de Reconceituação nos anos 1970, também se depara com avanços neoconservadores na esfera da produção acadêmica e do exercício profissional.

Nesse contexto, surge um movimento chamado “Serviço Social Libertário”, que se articula através das redes sociais desde 2016, afirmando a defesa de ideias liberais e a necessidade de uma reformulação da profissão que se desvincule de um projeto clasista “de orientação comunista”, tendo por base o documento intitulado “As 23 teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro” (OLIVEIRA, 2017). Esse documento tem como autor o professor Edson Marques de Oliveira, associado do curso de Serviço Social da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus Toledo. Algumas das temáticas de sua atuação são: empreendedorismo social, serviço social, responsabilidade social empresarial e administração de recursos humanos, formação em Serviço Social EaD, *coaching* de vida, etc. Nesse sentido, o presente artigo objetiva traçar observações críticas acerca das propostas trazidas no referido documento.

O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE AS 23 TESES

Inicialmente, o autor coloca que o objetivo do documento é aprofundar a reflexão da profissão no que diz respeito à postura crítica e prática de intervenção, refutando-a. Com isso o autor acredita contribuir para a construção da justiça social, com uso de estratégias objetivas e não apenas ideológicas, agindo de acordo com a “praxipragmalógica”, ou seja, a partir da ação pensada na realidade, expandindo para além do “discurso utópico”. Ainda coloca que se deve articular teoria e prática no sentido de desenvolver projetos que apresentem soluções e tragam aos “clientes” serviços humanos e de qualidade, apartados da militância “político-partidário-ideológica” ilusória filiada aos movimentos sociais.

Entretanto, é necessário compreender que articular ações interventivas pensadas na realidade faz parte do processo de trabalho de assistentes sociais, contudo a realidade precisa ser entendida no âmbito da sociedade regida pelas relações de poder e pela luta de classes; assim, para pensar sobre o agir profissional na realidade cabe fazer análises conjunturais, econômicas e sociais. O trabalho do Serviço Social não pode se pautar apenas na dinamização dos direitos sociais, precisa estar articulado com a superação desse modelo societário a partir da totalidade social. Os movimentos sociais influenciam e influenciaram positivamente a categoria profissional no seu processo de Reconceituação, que no Congresso da Virada se alia aos movimentos na perspectiva da superação da ordem burguesa na luta por outra forma de sociabilidade.

A partir de sua leitura do atual agir profissional hegemônico do Serviço Social, o autor propõe, na sua 1ª Tese, que seja feita uma reforma nas bases ideológicas e práticas da profissão, sugerindo que o Serviço Social passe a atuar como em seu surgimento. Isso reverbera diretamente na volta do conservadorismo na profissão que, embriõariamente, atuava para a manutenção da ordem societária pelo viés moral da boa ordem. Barroco (2015) coloca o conservadorismo como a reprodução do modo de ser fundado nos valores históricos das eli-

tes dominantes, repercutindo no racismo, no preconceito de classe e crítica descabida ao comunismo. Assim, apoiar o conservadorismo na profissão aponta para o mantimento da ordem neoliberal, que lê as expressões da questão social a partir do viés moralizante, desligado da análise da realidade social que o autor recomenda ser feita.

Posteriormente, declara na sua 2ª Tese que “O atual estado teórico e prático do Serviço Social Brasileiro mostra um distanciamento cada vez maior da origem coerente e congruente que teve” (OLIVEIRA, 2017, p.4). Isso porque, para o autor, apenas o pensamento marxista hegemônico é aceito e a “ideologia comunista” é enaltecida, criando uma contradição política, uma vez que a categoria defende a democracia e a pluralidade de pensamento, mas na verdade somente a perspectiva marxista é relevante. No entanto, essa afirmação não tem coerência, sendo necessário ressaltar que a incorporação da teoria marxista no trabalho do Serviço Social fez com que a categoria começasse a se enxergar enquanto parte da classe trabalhadora inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, reconhecendo sua inserção na dinâmica da acumulação capitalista. Dessa forma, o projeto profissional hegemônico atualmente é fruto de um movimento de transformação que mudou as bases teóricas e políticas para o exercício da profissão, que se materializam legalmente no Código de Ética Profissional e na lei que regulamenta a profissão (ZACARIAS, 2013). Em análise sobre a influência da corrente marxista no trabalho do assistente social, Zacarias (2013) assinala:

É inegável a importância do marxismo na construção do projeto profissional atual, na designação dos valores éticos, das diretrizes e da centralidade da categoria trabalho à profissão, assim como no reconhecimento da questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social. Sem a leitura crítica de Marx sobre a sociedade capitalista, provavelmente ainda se estaria dirigindo esforços, de forma subalterna e apática, para reprodução do sistema capitalista através do tratamento moral à questão social. Sob a apreensão e mediação do real, com a obra de Marx foi possível a constatação de que o Assistente Social é um trabalhador que realiza as suas atividades estando inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista (ZACARIAS, 2013, p. 64).

Em sua 3ª Tese, o autor discorre sobre as novas demandas sociais marcadas por novos arranjos políticos, o que implica em saber ler a realidade, saber intervir e saber lidar com as demandas cotidianas, dentro dos limites institucionais. Assume ainda que os profissionais deveriam se preocupar mais com a prática interventiva da profissão do que estar se filiando a movimentos sociais e militando por causas específicas.

O que Oliveira (2017) chama de demandas sociais é fruto da sociabilidade capitalista, decorre da produção que é fundada no capital, e é radicalizada com desmontes de políticas públicas e dos serviços oferecidos, destituindo do Estado a responsabilidade de oferecer os mínimos sociais para a sobrevivência de amplos segmentos da sociedade. Essas demandas são históricas e sofrem influências no decorrer da história. Elas são a renovação da “velha questão social”, que nasce das relações capitalistas, e adquire outras roupagens a partir de novas condições sócio-históricas da sociedade, sofrendo o aprofundamento das contradições e assumindo novas experiências (IAMAMOTO, 2015). É fundamental ressaltar que a defesa intransigente dos direitos humanos, o interesse pelo fim de todas as formas de preconceito e o incentivo do respeito pela diversidade humana está ligado ao processo de uma construção de outra ordem societária e faz parte das competências da categoria profissional do Serviço Social, estando inscrita nos princípios do Código de Ética Profissional.

Na 4ª Tese, o autor faz uma crítica à postura do/a assistente social de estar na luta em defesa da classe trabalhadora, pois isso gera perda da identidade profissional, com o argumento de que o Serviço Social não seria mais uma profissão e sim sindicatos, ONGS, e movimentos sociais. Além disso, coloca que a realidade pede uma postura profissional, técnica, interventiva e propositiva, tendo que resgatar a natureza da profissão centrada no ser humano e na viabilização do seu bem-estar. Diferente do que Oliveira (2017) defende é preciso, antes de tudo, entender que a prática profissional interventiva deve estar ligada à leitura da realidade numa perspectiva de totalidade social na qual incorpora a divisão da sociedade em classes, pois negar a existência de classes naturaliza a desigualdade social e deslegitima as lutas da classe trabalhadora.

Na 5ª Tese o autor foca na questão da identidade da profissão e faz uma alusão ao Congresso da Virada como um momento em que ocorreram “ações grotescas e violentas”, quando na verdade foi um espaço muito importante para os novos rumos do Serviço Social, em que este se desvinculou do berço conservador. Nessa lógica, Oliveira (2017) aponta que a identidade profissional é formada através da interação com a dinâmica social, afirmando que o Serviço Social atualmente impõe uma única vertente “teórica, filosófica, ideológica, política e partidária”, quando na verdade os/as assistentes sociais são diversos/as e plurais, principalmente política e partidariamente falando. Sobre isso cabe destacar que:

O pluralismo, como reconhecimento do diverso e da diversidade, contudo, não pode desconsiderar as construções coletivas da profissão, que soube rever os princípios, diretrizes e valores conservadores e instituiu seus novos fundamentos teóricos e ético políticos em normas legais e regulamentadoras que passaram a orientar seu processo formativo e exercício profissional (CFESS, 2010, p.5).

O autor ainda coloca que a identidade profissional do Serviço Social atrelada a uma identidade de classe é um problema para a profissão, pois é sectária e opressora e isso precisa mudar, voltando o Serviço Social a ser simplesmente uma profissão como as demais. Entretanto, é interessante apontar que mesmo quando os projetos profissionais aparentemente não possuem nenhuma dimensão política, há algo por traz que direciona e embasa o projeto, assim como Netto (2009) considera:

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas (NETTO, 2009, p.145).

A 6ª Tese é uma continuidade da anterior e o autor segue afirmando a necessidade de o Serviço Social possuir uma identidade profissional adequada que oriente o pensar e o agir do/a assistente social apenas como profissional. Ele ainda ressalta que os/as profissionais não são militantes, sendo necessário que o arcabouço legal que orienta a profissão seja revisto e adeque-se à lógica da profissão e não da militância. É possível observar nessas afirmações uma rasa aproximação e leitura da realidade do Serviço Social, pois a profissão não caminha mais numa perspectiva messiânica. Nesse sentido, cabe ressaltar que Netto (2009, p.146) aponta: “[...] Exceto se se quiser esterilizar no messianismo (cuja antítese é o fatalismo), até mesmo um projeto profissional crítico e avançado deve ter em conta tais limites, cujas linhas mais evidentes se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho”.

Na 7ª Tese o tema tratado é a realidade “carne e osso” com a qual, segundo o autor, os/as assistentes sociais se deparam no cotidiano profissional e na qual não estão preparados/as para intervir. Nessa perspectiva, Oliveira (2017, p.10) indica que “[...] A centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social [...]”. Entretanto, as demandas apresentadas pelos/as usuários/as são as próprias expressões da questão social e, como Iamamoto (2015) afirma:

Ela é indissociável da investigação permanente, condição para se imprimir agilidade e competência crítica ao desvendamento dos processos sociais, assim como para elucidar as situações concretas vivenciadas pelos indivíduos sociais, na sua objetividade e subjetividade, que se apresentam como desafios aos profissionais de Serviço Social (IAMAMOTO, 2015, p.184).

O autor ainda salienta que nessa realidade “carne e osso” os indivíduos estão sem respostas para as suas demandas, e coloca essa responsabilidade sob os profissionais que não estão preparados para intervir. A perspectiva que Oliveira (2017) defende pode ser facilmente levada a uma intervenção profissional pragmática, sem

maiores reflexões sobre a realidade, e sobre isso é interessante ressaltar o que Guerra (2013) expõe:

O cotidiano, como espaço que sintetiza os fundamentos ontológicos da vida social, exige a atitude pragmática para a reprodução individual e social, mas também permite que se reflita sobre que determinações e necessidades exigem a atitude pragmática para a sua reprodução. No que toca à profissão, são os princípios que a orientam, expostos no seu marco regulatório (código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares) que formulam as bases para uma clara e contundente recusa da atitude pragmática e do senso comum que a acompanha (GUERRA, 2012, p.47).

Na 8ª Tese o autor retoma a discussão anterior sobre resgatar o ser humano e sua realização como objeto central da profissão. Aponta novamente que no cotidiano da profissão os/as assistentes sociais não se deparam com as expressões da questão social, mas sim com os dramas, angústias e aflições dos seres humanos. O autor limita a busca por justiça e dignidade à mera realização pessoal em sociedade e ao enfrentamento dos desafios individuais cotidianos; entretanto, os “dramas, angústias e aflições” individuais são reflexos da sociabilidade capitalista e da ideologia neoliberal. Dentro disso, ainda pontua que os/as assistentes sociais estão perdendo espaços de trabalho por não estarem preparados/as para intervir de fato na realidade humano-social, deixando clara a sua defesa pelo Serviço Social Clínico. É importante ressaltar, dentro disso, o que o CFESS (2010) coloca sobre a não coerência desses argumentos em defesa das práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão devendo, por isso, serem reconhecidas como competências profissionais. Sabe-se que as ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão; entretanto, o Serviço Social se afastou dessa vertente e a realização de terapias não integra nem teórica e nem legalmente a profissão (CFESS, 2010).

A 9ª Tese, dando continuidade à 8ª, tem como discussão a história do Serviço Social e o ser humano como seu objeto. A tese defen-

de que a centralidade da atuação profissional deve ser o indivíduo e que essa perspectiva não destoa da compreensão de totalidade, que não incorre na individualização das questões que perpassam a realidade dos sujeitos. Conclui, portanto, que “dar centralidade ao ser humano” é “sanar suas necessidades” dentro da realização de uma “cidadania global” e que, para isso, é necessária uma redefinição do fazer profissional, a qual busque na sua gênese as respostas “concretas”. No entanto, tais afirmações são contraditórias, porque não há como compreender de maneira totalizante e crítica as manifestações da questão social centrada no indivíduo, uma vez que é caracterizada uma intervenção no campo da aparência e isso, por sua vez, não contribui para a realização da cidadania.

Logo, questiona-se essa perspectiva, pois ela exprime a incorporação histórica, dentro da categoria, do pragmatismo. Segundo Guerra (2013), no plano prático e profissional o cotidiano é solo fértil para a individualização das questões sociais, convertendo contradições estruturais em conflitos individuais e condicionando as ações em respostas instrumentais. Inclusive, as primeiras experiências interventivas do Serviço Social tradicional - de caso, grupo e comunidade - às quais o autor tanto faz referência, foram exatamente experiências de atuação voltada para a individualização e culpabilização dos sujeitos frente à sua condição de expropriação, pobreza, dentro de uma prática de ajustamento e adequação à ordem vigente.

Na 10ª Tese o autor defende a ideia de que o Serviço Social é uma profissão que tem como peculiaridade histórica “auxiliar e mediar o acesso a informações, conhecimentos serviços, e estratégias aos seus clientes com a finalidade de alcançar o bem-estar” (OLIVEIRA, 2017, p.13). Ele ainda coloca que a particularidade profissional é

[...] construir conhecimento a partir da realidade [...] e intervir para mudar a realidade estudada [...], e não ficar com elaborações fictícias e ilusórias de uma nova ordem societária sem dizer como, quando que na prática não se faz nada de concreto para alterar a realidade de seus clientes (OLIVEIRA, 2017, p.14).

Dentro disso, é necessário destacar, mais uma vez e sempre, que a incorporação do pragmatismo burguês, utilitarista, imediatista, per-

mite a compreensão da profissão “como técnica social” (GUERRA, 2013, p. 46) que reproduz a lógica do auxílio e da mediação de conflitos, mas também considerar os sujeitos como clientes é entender a atuação profissional dentro de uma relação comercial. Como também, dentro desse contexto, a defesa da perspectiva de “construir o conhecimento a partir da realidade” para poder intervir e a afirmação da construção de um conhecimento “ideário” do Serviço Social, que não traz “respostas concretas” aos sujeitos, tem como responsável o pragmatismo que se fundamenta no empirismo, o qual supervaloriza a prática em detrimento da teoria por compreender que a teoria “não se aplica à prática”. Essa discussão expressa o grande desafio da atualidade à profissão: que é a relação teoria/prática, ou a famigerada frase de que na prática a teoria é outra (SANTOS 2017).

A 11ª Tese reforça a ideia de que o conhecimento, a identidade e a peculiaridade do Serviço Social se materializam a partir de uma prática pensada diante de uma realidade empírica, numa relação de causa e efeito, quando conceitua a ação como “praxipragmática”, que significa ação pensada, ação feita, a qual, para o autor, contribui para a realização de “respostas concretas” e sugere uma redefinição dos currículos profissionais. Nesse sentido, esclarece Santos (2017):

[...] uma teoria não se aplica à prática nem se extrai da prática uma teoria diretamente, uma vez que a prática oferece insumos para a teoria, mas não de forma direta. Contudo, há uma relação intrínseca entre ambas que é ‘a unidade na diversidade’[...] (SANTOS, 2017, p. 268).

Assim, fica evidente que a tese expressa ideologicamente uma compreensão deturpada do “fazer profissional”, sem as devidas mediações entre teoria e prática, mas que se coloca aqui uma determinada concepção que privilegia apenas a dimensão técnico-operativa e que esta se apreende no cotidiano, na prática, num claro esforço ao retorno do Serviço Social tradicional.

Dentro disso, a 12ª Tese reforça mais uma vez que “É preciso exercer o papel e a função de facilitador e mediador de conhecimentos que permitem apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida” (OLIVEIRA, 2017, p. 15) e que, para isso, é necessário desenvolver a pluralidade de concepções “e não

uma pluralidade fingida”. Para fundamentar essa ideia, o autor referencia Cristo, descrevendo uma passagem bíblica. Fica evidente o caráter pragmático, infundado e moralizador das afirmações. Primeiro porque, novamente, compreende o Serviço Social como uma profissão meramente técnica, e como se os profissionais fossem “organizadores” da vida dos sujeitos. Segundo porque afirma não haver uma pluralidade “efetiva”, quando na verdade se configura uma falácia, uma vez que o próprio Código de Ética vigente prevê o respeito às diversas concepções teóricas. E por fim, fundamenta essa ideia sob o prisma religioso, evidenciando uma perspectiva conservadora e moralizante.

A 13ª Tese trata da pluralidade, e diz que esta deve ser empática e não simpática como é disseminado atualmente, pois a pluralidade simpática confunde pluralismo (mais de uma teoria) com ecletismo (mistura de teorias sem fundamento). O autor afirma que quando alguém tenta dialogar com outras matrizes é acusado de praticar o ecletismo, e esse fato acaba “separando as pessoas e impedindo o crescimento intelectual e um policiamento epistemológico pela desqualificação sem argumentação lógica e factual” (OLIVEIRA, 2017, p.16). Para ele esse tipo de pluralidade que condena o diálogo entre diferentes vertentes teóricas coloca alguns no lugar dos “politicamente corretos” e outros como vilões, restringindo os argumentos às frases prontas como “isso está superado” ou “pela defesa do projeto ético-político”. Por isso Oliveira (2017) estimula a pluralidade empática, que prega que o diálogo deve acontecer com quem é diferente e preza pela liberdade de fazer suas escolhas teóricas. Na verdade, o autor faz essas afirmações com um tom de liberdade e democracia, mas esconde um tom irônico com o objetivo de mostrar que quem está vinculado à teoria marxista são, nas palavras do autor, as “pessoas do bem” que acabam pressionando os outros, “pessoas do mal”, a fingirem que compactuam com a ideologia marxista para serem aceitos pela hegemonia da profissão. Entretanto, sua afirmação é bastante generalista, pois no seio da profissão existe sim o pensamento hegemônico da teoria social crítica, mas existe também o reconhecimento da diversidade das matrizes teóricas; e à luz do VII fundamento do Código de Ética Profissional, ressalta-se

que deve haver a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993, p. 24).

A 14ª Tese afirma que “devemos mudar o rumo e a atual trajetória profissional de uma ação que se diz ser profissional, mas se confunde com uma militância que não representa a maioria, e sim uma hegemonia, que não combina com democracia e muito menos com pluralidade” (OLIVEIRA, 2017, p.18). Esse fato, segundo o autor, acaba gerando crises de identidade pessoais e profissionais, resultando na perda de espaços sócio-ocupacionais, dificuldades de relacionamento com os demais profissionais das equipes multidisciplinares, falta de objetividade e clareza nas intervenções. Ele aponta isso como consequência de uma dicotomia entre uma teoria que busca uma nova ordem societária e as ações que se resumem a atender, orientar, encaminhar e mediar serviços sem alterar a vida dos indivíduos. Nessa tese, Oliveira (2017) faz uma crítica à matriz hegemônica marxista argumentando que esta tem um caráter político-partidário, e foi criada com a intenção de subsidiar movimentos da classe trabalhadora para a superação do modo de produção capitalista, e não de ser aplicada por uma profissão.

Reforça-se, nessa Tese, novamente o jargão “na prática a teoria é outra”, tão utilizado pelos/as profissionais que trabalham diretamente com os/as usuários/as e lidam com todas as dificuldades do cotidiano precário das instituições e das políticas, que tornam penoso o cumprimento do Projeto Ético-Político que busca uma prática atrelada à teoria para fundamentar as ações e garantir mais efetividade na intervenção da realidade. A profissão, apesar de ter uma origem investigativa e interventiva, ao longo do tempo, com as experiências e apropriação do arcabouço teórico crítico, percebeu que vai além de ações pontuais e carrega consigo um teor político que direciona o fazer profissional em prol de uma classe, a trabalhadora. E diferente do que Oliveira (2017) afirma a intenção não é de excluir quem pensa de acordo com teorias diferentes, e sim de utilizar a teoria que mais contribui para o desvelamento das contradições inerentes ao capitalismo,

que se revelam nas múltiplas expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. O Código de Ética Profissional deixa claro, no fundamento VII, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24).

Diante disso, a 15ª tese afirma que “não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa” (OLIVEIRA, 2017, p.21), pois essa defesa implica em uma adesão mecânica da matriz ideológica hegemônica e não deixa que os outros projetos que permeiam a profissão sejam conhecidos e possam influir profissionalmente. O autor também critica o Código de Ética Profissional do Serviço Social por ele ser diferente das demais profissões, já que não se limita a tratar das relações de direitos e deveres dos profissionais baseando-se em valores éticos, e também suscita uma direção política para o fazer profissional dos/as assistentes sociais. O autor novamente condena a militância presente entre os profissionais, alegando que se defende qualquer tipo de causa social e se acaba esquecendo os interesses da categoria. Diante do exposto, cabe esclarecer que a militância e a vinculação com movimentos sociais da classe trabalhadora aproximam os/as assistentes sociais das expressões da questão social e das demandas que permeiam a sociedade. Assim, fortalecendo esses espaços de luta será possível almejar o objetivo de construir uma sociedade mais justa e humanamente emancipada, pautada em um dos princípios defendido pelo Código de Ética: “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p.3).

A 16ª Tese relata sobre a “retomada e restauração de uma postura e cultura profissional, que tenha sua dimensão política, mas não política ideológica-partidária” (OLIVEIRA, 2017, p.22), a fim de que se possa contribuir para uma democracia respeitosa e consolidá-la. Por isso, para o autor, é necessário que se retome a patamares “lógicos de uma profissão” para assim recuperar a legitimidade profes-

sional do trabalho com pessoas, não misturando ações de militância, ações as quais não são efetivadas, que só permanecem no campo das ideias. No entanto, a Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social, o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996) determinam a necessidade de um permanente compromisso da categoria profissional com a defesa dos interesses da classe trabalhadora e movimentos sociais, para assim ampliar e consolidar direitos, cidadania e a democracia.

Dessa forma, segundo Barroco (2011), o avanço político do projeto do Serviço Social precisa relacionar-se com o avanço das forças sociais mais amplas, pois:

[...] só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos (BARROCO, 2011, p.212).

A 17ª Tese levantada pelo autor enfatiza que a pluralidade empática, já tratada anteriormente, deve ampliar a comunicação com outras correntes de pensamento. Dentro disso, ressalta que é fundamental romper com a visão maniqueísta, pois se construiu dentro da profissão que a teoria crítica marxista é a verdade para ser um bom profissional. O que se observa na realidade é que a partir do processo intelectual do Serviço Social, fez-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam cotidianamente os/as assistentes sociais. A orientação da teoria crítica marxista, portanto, ampliou a capacidade de intervir de forma qualitativa na garantia do Projeto Ético-Político profissional, sendo possível realizar o compromisso com os valores éticos e políticos emancipadores, para conquista da liberdade em defesa da classe trabalhadora. Contudo, como já foi apontado, no Código de Ética Profissional, encontra-se entre seus fundamentos a garantia do pluralismo. Dentro disso, cabe apontar que:

[...] captar os fundamentos, a direção social e a finalidade do referido projeto profissional crítico e do Código de Ética Profissional vigente, haja vista se tratar de uma profissão interventiva como o Serviço Social, significa captar a imprescindibilidade de contínua busca de aprimoramento intelectual/profissional (FORTI, 2017, p. 380).

Na 18ª Tese, Oliveira (2017) afirma que os espaços de atuação profissional devem ser ampliados. Levanta ainda que as pessoas que só vivem da teoria da academia e que não exercem a prática profissional se acham capazes de opinar sobre tudo, inclusive sobre sustentar a ideia de que toda atividade profissional, que não seja a militante, só reafirma o idealismo e a lógica capitalista, e concomitantemente “fere o projeto ético-político”, a exemplo de quem trabalha em organizações empresariais. Entretanto, o que a visão do autor não abarca é que:

O assistente social sendo também um trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, que vende sua força de trabalho por um salário, é requisitado para atender tanto às necessidades do capital como as do trabalho, visando ao aumento do lucro e da produtividade das organizações. No entanto acreditamos que ainda assim existem brechas para desenvolver um trabalho que procure respeitar os direitos dos trabalhadores, procurando não perder de vista o seu compromisso profissional com a classe trabalhadora, explicitado no Código de Ética da Profissão e defendido no Projeto Ético-Político (ABREO; FÁVARO, 2001, p.56).

Na 19ª Tese, o autor defende que precisam ser tratadas questões como a educação à distância (EaD), reconhecendo-a como forma legítima de formação profissional, exigindo qualidade plural, empática e interdisciplinar, como aulas de estágio e TCC presentes nos cursos presenciais. Entretanto, cabe ressaltar o que Silva (2008) pontua sobre a importância de se reivindicar, majoritariamente, a formação de um profissional-intelectual, uma formação teórica essencial para uma apreensão totalizante do movimento do real e fundamental para qualificar seu trabalho profissional denso, crítico e propositivo. É preciso então, qualificar o profissional para que ele se debruce sobre a

realidade, reconhecendo ao mesmo tempo, os imensos desafios contemporâneos e suas armadilhas, sendo elas: as possíveis formas de precarização na formação profissional estimulada pela proliferação de cursos à distância, fragmentando o ensino; a “flexibilização” e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, entre outros (SILVA, 2008).

Na 20ª Tese o autor pontua sua perspectiva em relação à atuação profissional e acadêmica dos/as Assistentes Sociais, que são levados/as desde a entrada na academia para uma única corrente teórica, a qual, o mesmo grifa como maniqueísta, sendo esta nomenclatura repetida inúmeras vezes entre as 23 teses. Oliveira (2017) afirma que os professores apresentam apenas leituras marxistas, não lhes sendo apresentadas outras leituras que possam auxiliar na compreensão dialética da realidade; com isto, afirma novamente que os profissionais tornam-se militantes. No entanto, reforça-se aqui mais uma vez que o Código de Ética prevê a liberdade e garante que os profissionais possam escolher as correntes teóricas com as quais concordam. Dentro dessa discussão, cabe ressaltar o que Iamamoto (2000) coloca sobre os limites a serem ultrapassados pela categoria:

[...] cada elemento original contido naquelas afirmativas – o teórico metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmo, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militatismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 2000, p.52).

Logo, é possível observar a falta de embasamento teórico articulado com a realidade da categoria e seus debates, pois, o autor conclui que “[...] temas controversos e complexos como é o caso do aborto, luta de classes, orientação sexual, etc.” (OLIVEIRA, 2017, p.31) não devem ser defendidos pela categoria, estando fora da atuação profissional. Entretanto, o referido autor não atenta-se ao fato de que esses temas são os mais fomentados no âmbito da classe trabalhadora e refletem as contradições do sistema capitalista.

Na 21ª Tese o autor discorre sobre uma teoria ultrapassada para compreensão do século XXI ao ressaltar a importância de retomar as leituras da autora Mary Ellen Richmond. Destaca que é necessário investigar e intervir na realidade que é apresentada cotidianamente pelos “clientes” e que as leituras são de extrema importância para permitir ocorrer a elaboração de intervenções baseadas nas diretrizes da categoria profissional; no entanto, estas precisam estar atualizadas com a dinamicidade da realidade. Nesse sentido, as indagações que o autor pontua como importantes baseadas na autora Richmond não conseguem dar conta das necessidades postas pelos/as usuários/as na atualidade. Ressalta-se também que a 21ª Tese defende práticas emergenciais tomando-as como principais, sendo este aspecto imediatista um que não logra superar as reais expressões da questão social, traçando um perfil profissional limitado e tecnicista, dentro do qual o indivíduo pesquisador não consegue se colocar como um que formula projetos interventivos embasados no todo, e não apenas nas demandas cotidianas: o que não possibilita fomentar a reflexão na busca pela emancipação dos indivíduos.

Na 22ª Tese as pontuações feitas pelo autor percorrem ideários de cunho cristão e moralista, sendo salientada a importância do/a assistente social se posicionar diante da profissão com sua religião, abordando valores colocados dentro de doutrinas religiosas para as atividades exercidas no campo de trabalho do profissional, como aborda abaixo:

[...] Tais crenças não devem ser vividas só nos templos, mas na vida cotidiana, o que é diferente de proselitismo e doutrinação, pois a sociedade e o fazer profissional são laicos, mas isso não quer dizer que tenhamos que abandonar os princípios, valores e crenças que nos orientam. A religião e a espiritualidade são partes integrantes da vida do ser humano e, por isso, devem ser expressadas e vividas em todos os espaços do viver humano (OLIVEIRA, 2017, p.33).

As argumentações extrapolam todas as diretrizes postas no Código de Ética (1993), sobre a importância e dever do/a assistente social em respeitar o/a usuário/a enquanto indivíduo autônomo e

pertencente às suas próprias escolhas, como cita: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p.23).

A última tese tem como título: “Serviço Social no século XXI pode e deve ser uma ciência aplicada na gestão do design de serviços sociais”. O mesmo tema foi abordado na 21ª Tese. É notório que ao discorrer acerca das 23 teses o autor aborda questões ultrapassadas para compreensão da atual realidade brasileira. Seus embasamentos teórico-metodológicos são conservadores e pragmáticos, sendo a 23ª tese a conclusão que aponta pela busca do retorno ao Serviço Social conservador e que visualiza os/as usuários/as enquanto “clientes”, culpabilizando-os/as por sua situação de vulnerabilidade. Oliveira (2017) discute ideários de autores que se remetem a teorias de 1950. Suas articulações de um suposto “novo” Serviço Social são explanadas com passagens da Bíblia.

Logo, por vezes o discurso cheio de desrespeito ao atual Código de Ética torna-se repetitivo e sem muitas colocações construtivas para os/as profissionais de Serviço Social. Boa parte das pontuações são falaciosas e permeiam colocações sem argumentação, como por exemplo, quando cita que os conteúdos elaborados dentro da academia são desassociados da realidade. Entretanto, a dialética da qual o Serviço Social se nutre possibilita que os conteúdos e pesquisas elaborados dentro e fora das universidades sejam responsáveis por fomentar uma atuação profissional embasada em diretrizes, leis e políticas que legitimam a intervenção da profissão nos projetos, programas e serviços.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que o texto das 23 teses aqui discutido é bastante superficial em suas argumentações e leituras sobre a realidade da profissão. Além de não fazer muitas reflexões bem fundamentadas, muitos dos argumentos são baseados em ironia e compreensão rasa de caráter moralizante sobre o real.

A proposta de mudança, feita por Oliveira (2017), das bases do Serviço Social hegemônico aponta para um movimento cada vez mais presente na atualidade da profissão, o que se coloca como um desafio para o fortalecimento do Projeto Ético-Político construído ao longo de um processo histórico repleto de lutas e conquistas. Diante disso, é importante afirmar que:

Os pilares que sustentam o nosso projeto ético-político em sua dimensão de ruptura — o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas — constituem o nosso mais valioso patrimônio que, espero, possamos cuidar dele com muito amor e coragem (BARROCO, 2011, p.215).

É preciso ainda se contrapor aos argumentos colocados nas teses, mostrando o quanto o que está sendo proposto se configura como um retrocesso para a categoria profissional, desde estudantes e professores a assistentes sociais que exercem a profissão nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Há que se entender que para além de um projeto profissional, a categoria possui um projeto societário, com caráter político, sendo possível compreender que as teses propostas possuem finalidade política de continuidade da ordem atual de regressão de direitos e de manutenção da ordem social capitalista.

Nesse sentido, como alternativas ao enfrentamento desse avanço do pensamento conservador no seio da categoria profissional e de estudantes de Serviço Social, são necessárias discussões sobre conservadorismo e Serviço Social, fazendo as mediações com a conjuntura brasileira e mundial, despertando para compreender o conservadorismo como um elemento importante da ideologia burguesa, desnaturalizando suas contrarreformas e afirmando, cada vez mais, a vinculação da categoria a um projeto de sociedade transformador.

REFERÊNCIAS

ABREO, Ana Carolina S. B. de; FÁVARO, Cláudia Renata. Demandas de Serviço Social no setor empresarial. *Serviço Social em Revista*.

- Londrina, v. 4, n. 1, p. 45-57, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- BARROCO, Maria Lúcia S.. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- _____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p.623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- _____. Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. 2010. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.
- FORTI, Valeria Lucília. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 20, n. 3, p.373-381, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300382&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*. Florianópolis: v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 1. p. 141-160.
- NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de

- caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. p. 9-57.
- OLIVEIRA, Edson Marques. 23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios da atualidade. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social e Contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política? *Revista Ciências Humanas*. UNITAU. BRASIL, v. 1, n. 2, 2008.
- ZACARIAS, Inez Rocha. A Influência da Teoria Marxiana no Trabalho do Assistente Social. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

Alexandre José dos Santos é Assistente Social pela UFPE.
alexandredpardier@gmail.com

Dandara Oliveira de Albuquerque é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *dandaralbuquerque@gmail.com*

Gessyca Andrea de Lima Baracho é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *gessycabaracho@gmail.com*

Jady Stephanie Bispo dos Santos Pinho é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *jady.pinho@gmail.com*

Thais Carolina Pires de Oliveira é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *thaispiresoliveiras@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 330 exemplares.